



CIDADES

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quarta-feira, 18 de junho de 1997

2ª EDIÇÃO

TRÂNSITO

PARTE DO DINHEIRO DAS
MULTAS PODERÁ SER REVERTI-
DO PARA SALVAR MAIS VÍTIMAS

3

Deputados distritais votam a favor de projetos que mantêm a Feira do Paraguai no estacionamento do Mané Garrincha

DF - Comércio

MUAMBA APROVADA

18 JUN 1997

Philio Terzakis
Da equipe do Correio

A Câmara Legislativa destinou uma área imprópria no Plano Piloto para fixar a Feira do Paraguai, um dos maiores pontos de venda de mercadoria importada ilegalmente (descaminho) do Brasil. Se depender dos deputados distritais, ela permanecerá onde está, no estacionamento do Estádio Mané Garrincha. Eles aprovaram ontem os projetos de lei 0587/95 e 2796/97, que mantêm o comércio no local, só que com outro nome, Feira de Brasília.

As propostas, de autoria dos deputados Odilon Marques e Manoel de Andrade (ambos do PMDB), serão encaminhadas para o governador Cristovam Buarque, que poderá vetar, sancionar ou não se pronunciar sobre os projetos — nesse último caso, eles poderão ser promulgados diretamente pela Câmara Legislativa. Depois que receber as propostas — o que deverá acontecer em três dias — Cristovam tem 15 dias para apresentar a decisão.

No entanto, ontem à noite, o governador disse que não será conivente com a situação. Para um assessor direto, desabafou: "Isso foi uma leviandade e uma irresponsabilidade da Câmara". Ele se mostrou surpreso com a decisão da Câmara e da bancada do PT. "O governo é uma coisa e o PT é outra. Eles não consultaram o governo. Não sei se consultaram o PT", disse. E avisou: a mudança para o Guarã irá acontecer.

Para o Ministério Público, as leis aprovadas são inconstitucionais porque ferem o tombamento de

Raimundo Paccó



Centenas de feirantes foram à Câmara Legislativa pressionar os deputados para que sejam mantidos no Plano Piloto

Brasília. "Elas são natimortas", sentença o procurador regional da República, Franklin Rodrigues da Costa. Ele avisa que o Ministério Público poderá entrar com uma ação de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) e acusa os deputados de procurarem votos. "É uma manobra política para enganar os feirantes".

"Uma lei distrital não pode se sobrepor a uma legislação federal,

como é a do tombamento de Brasília, que estabelece que a área foi destinada para estacionamentos ou eventos esportivos", afirmou o coordenador da Comissão Especial de Brasília do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Marco Antônio Galvão.

Os dois projetos foram aprovados por 20 dos 24 deputados distritais — os outros quatro estavam ausentes. A aprovação veio inclusi-

ve de cinco deputados da bancada petista, apesar de Cristovam já ter manifestado inúmeras vezes a intenção de transferir a feira para um terreno no Guarã. Deram voto positivo os deputados Eurípedes Camargo, Geraldo Magela, Miquéas Paz, Wasny de Roure e Lúcia Carvalho, que é presidente da Câmara.

"Esse mesmo governo transferiu a Feira do Paraguai para o local onde ela está hoje. Os projetos só

confirmam o que ele já fez. Agora, a questão maior é a legalização do comércio", afirmou Wasny, líder do governo. Lúcia Carvalho concorda. E acrescenta: "Os feirantes ganharam mais um instrumento para argumentar com o Ministério Público e a Receita Federal. Ali, eles não atrapalhando ninguém."

A oposição comemorou e foi aclamada por centenas de feirantes que lotaram as galerias, corredores e jar-

A aprovação dos projetos dos deputados distritais peemedebistas Odilon Aires e Manoel de Andrade (Manoelzinho) que fixam a Feira do Paraguai no Mané Garrincha deve ter soado nos ouvidos do governador Cristovam Buarque como o suave tilintar de sinos. Mais agradável, impossível.

Os deputados de oposição tiraram dos ombros do governador um peso que o vinha espremendo desde dezembro do ano passado, quando a Procuradoria Regional da República determinou a retirada dos feirantes do estacionamento do Mané Garrincha.

Cristovam agora tem um alibi. Mesmo se vetar o projeto, alegando que a Feira do Paraguai fere o Tombamento Histórico, a Câmara certamente derubará o veto. A briga pela legalidade do projeto ficará então

entre os deputados distritais e o Ministério Público. O governador, que já vinha empurrando o problema com a barriga, vai poder dizer: "Mas a Câmara aprovou a lei. O que é que eu posso fazer?"

O deputado distrital João de Deus deu a senha para as galerias da Câmara Legislativa lotada de feirantes: "O governador Cristovam quer manter a feira lá, é o Ministério Público que não deixa". Vale ressaltar que os projetos foram aprovados por unanimidade, sob os aplausos dos 7 mil feirantes-eleitores.

Foi dia de os distritais jogarem para a galera. Não há mais nenhum grande vilão que luta contra os feirantes que fazem contrabando na capital da República. Nem o governador. Só a lei, que não tem problemas com a imagem, não é candidata a nada, só existe no papel. (LA)

ANÁLISE DA NOTÍCIA

VOTAÇÃO AJUDA CRISTOVAM

dins da Câmara. Os discursos foram exaltados. "Essa será a maior feira popular da América Latina", fantasiou Odilon Aires. "Vocês estão saindo daqui com a legalidade na mão", exagerou Marcos Arruda (PMDB), esquecendo que, apesar da aprovação dos projetos, os feirantes ainda compram e vendem mercadoria ilegalmente.

Colaboraram Lauro Aires e Cristine Gentil